

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 10 de março de 2022, com opinião sem modificação.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

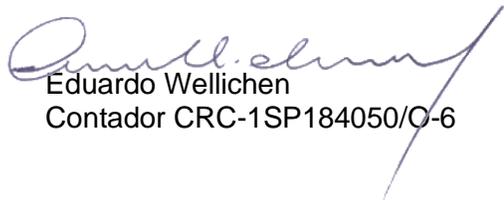
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		16.039	18.538
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	7.197	10.957
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	5	4.526	4.338
Serviços em Curso		962	1.873
Tributos Compensáveis		73	71
Outros Ativos Circulantes		3.281	1.299
Ativo Não Circulante		148.608	158.220
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	5	1.130	991
Depósitos Judiciais e Cauções		39	39
Outros Ativos Não Circulantes		1.282	1.282
Participações Societárias Permanentes	1	61.702	67.315
Imobilizado	6.1	84.149	88.261
Intangível	6.2	306	332
Total do Ativo		164.647	176.758

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Passivo Circulante		36.510	38.677
Fornecedores		789	886
Empréstimos e Debêntures	7	12.743	11.130
Obrigações Sociais e Trabalhistas		573	560
Tributos		4.126	3.958
Dividendos Declarados		6.799	14.270
Encargos Setoriais		3.017	3.763
Provisão de Parcela Variável		8.256	-
Outros Passivos Circulantes		207	4.110
Passivo Não Circulante		147.722	108.670
Empréstimos e Debêntures	7	146.889	107.839
Provisão para Litígios	8	7	7
Tributos Diferidos		826	824
Total do Passivo		184.232	147.347
Patrimônio Líquido			
Capital Social	9.1	127.262	127.262
Reserva de Lucros	9.2	85.415	79.750
Prejuízos Acumulados	9.2	(261.963)	(220.412)
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	9.2	29.701	42.811
Total do Patrimônio Líquido		(19.585)	29.411
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		164.647	176.758

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Operações			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		69.762	56.991
(-) Parcela Variável		(8.510)	-
Tributos			
PIS-PASEP		(401)	(389)
Cofins		(1.853)	(2.275)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(566)	(527)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.593)	(1.482)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(245)	(228)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	10	56.594	52.090
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		56.594	52.090
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	11	(3.047)	(2.935)
Material		(90)	58
Serviços de Terceiros		(2.871)	(2.758)
Arrendamento e Aluguéis		(4.026)	(3.210)
Seguros		(12)	(11)
Doações, Contribuições e Subvenções		(61)	(315)
Tributos		(56)	41
Depreciação e Amortização		(4.250)	(4.253)
Resultado da Atividade		42.181	38.707
Equivalência Patrimonial		9.353	8.740
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(11.269)	(3.762)
Receitas Financeiras		307	442
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		40.572	44.127
Despesa com Impostos sobre o Lucro	12	(3.959)	(4.227)
Resultado Líquido do Exercício		36.613	39.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado Líquido do Exercício	36.613	39.900
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>36.613</u>	<u>39.900</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial para Incentivos Fiscais	Reserva de Retenção de Lucros	Proposta de Distribuição de Dividendos Societários	Lucros (Prejuízos) Acumulados (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	120.555	24.111	6.707	79.649	50.364	(184.393)	96.993
Aumento de Capital Social	6.707	-	(6.707)	-	-	-	-
Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	(42.848)	(50.364)	-	(93.212)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	39.900	39.900
Destinação Proposta à A.G.O.:							
Reserva Legal	-	1.341	-	-	-	(1.341)	-
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	7.485	-	-	(7.485)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(14.270)	(14.270)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	42.811	(42.811)	-
Reserva para Investimentos	-	-	-	10.012	-	(10.012)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	127.262	25.452	7.485	46.813	42.811	(220.412)	29.411
Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	(42.811)	-	(42.811)
Pagamento de Dividendos Sobre Lucros Retidos	-	-	-	(25.249)	-	-	(25.249)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	36.613	36.613
Destinação Proposta à A.G.O.:							
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	7.965	-	-	(7.965)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(6.799)	(6.799)
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	-	(10.750)	(10.750)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	29.701	(29.701)	-
Reserva para Investimentos	-	-	-	22.949	-	(22.949)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	127.262	25.452	15.450	44.513	29.701	(261.963)	(19.585)

(*) Apesar da posição patrimonial apresentar prejuízos acumulados, a operação da Companhia não é deficitária. Este prejuízo é decorrente do fato que para fins societários o reconhecimento da receita ocorre desde o início da construção do empreendimento e para fins regulatórios, tal reconhecimento ocorre conforme emissão das faturas da receita de transmissão. Estas diferenças estão descritas e conciliadas na NE 14. As reservas de lucros foram constituídas, tomando como base os resultados acumulados divulgados nas demonstrações contábeis societárias.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	36.613	39.900
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	32	36
Depreciação	4.218	4.217
Equivalência Patrimonial	(9.353)	(8.740)
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.959	4.227
Juros e Variações Monetárias	10.475	3.547
Outros	9	(10)
	<u>45.953</u>	<u>43.177</u>
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionárias e Permissionárias	7.929	(566)
Tributos Compensáveis	(308)	1.054
Outros	932	(174)
	<u>8.553</u>	<u>314</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	(746)	951
Fornecedores	(97)	(104)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13	21
Tributos	(87)	(3.264)
Outros	(3.903)	3.425
	<u>(4.820)</u>	<u>1.029</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	49.686	44.520
Encargos de Dívidas Pagos	(8.564)	(1.328)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(3.399)	(716)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	<u>37.723</u>	<u>42.476</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Resgates de investimentos curto prazo	-	1.164
Recebimento de dividendos	12.963	8.000
Imobilizado	(111)	(97)
Intangível	(5)	(5)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimento	<u>12.847</u>	<u>9.062</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Debêntures captadas	49.771	89.232
Pagamento principal de debêntures	(11.020)	(23.196)
Pagamento de dividendos	(93.081)	(110.001)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	<u>(54.330)</u>	<u>(43.965)</u>
Varição Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.760)	7.573
Demonstração da Varição do Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	10.957	3.384
No fim do exercício	7.197	10.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (a “Companhia” ou “ETEP”) está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão							Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	
ETEP	-	043/2001	30	2031	80.563	IGP-M	Sim
ESDE (**)	100%	025/2009	30	2039	15.680	IPCA	Não

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.895 de 13/07/2021.

(**) RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 16.293 para ESDE.

Empresas	Investimento	Equivalência patrimonial	Participação da Outorgada (em %)
ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	61.702	9.353	100
	61.702	9.353	

Em 22 de agosto de 2002, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

1.1. Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do COVID-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias.

A partir de 18 de outubro de 2021, os colaboradores do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de escala híbrida e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos. A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

O negócio da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IGP-M) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco significativo de não realização de seus recebíveis.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa nº 14, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 21 de março de 2022.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações contábeis estatutárias societárias apresentadas na nota explicativa 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Imobilizado e Intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Ágio na aquisição de investimentos: O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Companhia adquirida, sendo registrado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, quando for o caso. Está sujeito a amortização linear pelo prazo remanescente da concessão.

3.2. Arrendamentos

A ETEP avalia, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a ETEP reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

As operações de arrendamento mercantil são restritas aos bens administrativos e estas operações devem ser submetidas à aprovação pelo Órgão Regulador quando celebradas entre partes relacionadas ou acarretar desvinculação de bem.

3.3. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.3.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.4. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.5. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

VNR (Valor Novo de Reposição)

A reavaliação compulsória do imobilizado deve ser aplicada ao imobilizado das Outorgadas as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR e o registro contábil do VNR deve ser efetuado pela diferença, negativa ou positiva, verificada entre o valor homologado e o saldo contábil na data da revisão tarifária e tem por finalidade permitir reconhecer no resultado regulatório da Outorgada, a efetiva depreciação do exercício considerada na formação da sua Receita Requerida – RR.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos Temporários

Instituição / linha devedora	31/12/2021		31/12/2020	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	7.197	7.197	10.957	10.957
Caixa e Bancos	968	968	51	51
Aplicações Financeiras	6.229	6.229	10.906	10.906

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Concessionárias e Permissionárias

5.1. Composição das Contas a Receber

Descrição	Valores Correntes						Total 2021	Total 2020
	Corrente a vencer	Corrente vencida				Mais de 360 dias (*)		
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias			
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.494	9	13	10	1.130	5.656	5.329	
Total	4.494	9	13	10	1.130	5.656	5.329	
						Circulante 4.526	4.338	
						Não Circulante 1.130	991	

(*) Alguns usuários do sistema de transmissão ingressaram com ações judiciais questionando as tarifas cobradas pelo uso de sistema de transmissão. Como essas ações foram ajuizadas há mais de um ano, a Companhia classifica no aging list um item vencido há mais de 365 dias. Cabe ressaltar dessas ações estão depositadas judicialmente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Imobilizado e Intangível

6.1. A composição do imobilizado é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Imobilizado em Serviço										
Transmissão	151.324	-	-	-	(11)	151.313	(11)	(76.043)	75.270	79.489
Máquinas e Equipamentos	151.032	-	-	-	(11)	151.021	(11)	(75.761)	75.260	79.449
Veículos	285	-	-	-	-	285	-	(275)	10	40
Móveis e Utensílios	7	-	-	-	-	7	-	(7)	-	-
Administração	135	-	-	-	12	147	12	(133)	14	7
Máquinas e Equipamentos	114	-	-	-	12	126	12	(118)	8	-
Móveis e Utensílios	21	-	-	-	-	21	-	(15)	6	7
Subtotal	151.459	-	-	-	12	151.460	1	(76.176)	75.284	79.496
Ativo Imobilizado em Curso										
Transmissão	8.713	61	-	-	1	8.775	62	-	8.775	8.713
Máquinas e Equipamentos	1.187	19	-	-	(4)	1.202	15	-	1.202	1.187
Material em depósito	6.929	39	-	-	5	6.973	44	-	6.973	6.929
Outros	597	3	-	-	-	600	3	-	600	597
Administração	52	50	-	-	(12)	90	38	-	90	52
Máquinas e Equipamentos	19	49	-	-	(12)	56	37	-	56	19
Outros	33	1	-	-	-	34	1	-	34	33
Subtotal	8.765	111	-	-	1	8.865	100	-	8.865	8.765
Total do Ativo Imobilizado	160.224	111	-	-	10	160.325	101	(76.176)	84.149	88.261

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.2. A composição do intangível é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	943	-	-	-	943	-	(743)	200	231
Servidões	199	-	-	-	199	-	-	199	199
Softwares	165	-	-	-	165	-	(164)	1	32
Outros	579	-	-	-	579	-	(579)	-	-
Administração	707	-	-	-	707	-	(706)	1	1
Softwares	538	-	-	-	538	-	(539)	(1)	(1)
Outros	169	-	-	-	169	-	(167)	2	2
Subtotal	1.650	-	-	-	1.650	-	(1.449)	201	232
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	91	4	-	-	95	4	-	95	91
Servidões	59	-	-	-	59	-	-	59	59
Softwares	32	4	-	-	36	4	-	36	32
Administração	9	1	-	-	10	1	-	10	9
Softwares	5	1	-	-	6	1	-	6	5
Outros	4	-	-	-	4	-	-	4	4
Subtotal	100	5	-	-	105	5	-	105	100
Total do Ativo Intangível	1.750	5	-	-	1.755	5	(1.449)	306	332

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2021			31/12/2020
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	2,80%	151.313	(76.043)	75.270	79.489
Custo Histórico	2,80%	151.313	(76.043)	75.270	79.489
Administração	1,96%	147	(133)	14	7
Custo Histórico	1,96%	147	(133)	14	7
		151.460	(76.176)	75.284	79.496
Em curso					
Transmissão	-	8.775	-	8.775	8.713
Administração	-	90	-	90	52
		8.865	-	8.865	8.765
		160.325	(76.176)	84.149	88.261

6.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	68	-	68
Desenvolvimento de Projetos	-	4	4
Compras em Andamento	-	39	39
Total das Adições	68	43	111

6.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Debêntures

7.1. Abertura do Endividamento

31/12/2021									
Instituição / linha credora	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação/Repactuação	Tipo de Garantia	Taxa a.a	
Debêntures 3ª Emissão - Bradesco	26	10.990	5.506	16.522	Sim	jun/18	Não há	112,00% do CDI	
Banco Santander - CCB	868	(190)	91.533	92.211	Sim	jul/20	Não há	2,90% + CDI	
Debêntures 4ª Emissão - Bradesco	1.096	(48)	49.850	50.898	Sim	abr/21	Não há	1,90% + CDI	
Total por Dívida	1.990	10.752	146.889	159.631					

Instituição / linha credora	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pagto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
							2023	2024	2025	2026	Total
Debêntures 3ª Emissão - Bradesco	26/01/2021	Mensal	26/01/2021	26/06/2023	Mensal	SAC	5.506	-	-	-	5.506
Banco Santander - CCB	02/01/2021	Mensal	02/07/2023	01/07/2025	Mensal	SAC	22.774	45.814	22.945	-	91.533
Debêntures 4ª Emissão - Bradesco	06/04/2022	Semestral	06/04/2025	06/04/2026	Mensal	SAC	(51)	(53)	24.963	24.991	49.850
Total por Dívida							28.229	45.761	47.908	24.991	146.889

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Instituição / linha credora	31/12/2020					Adimplente?	Data Captação/ Repactuação	Tipo de Garantia	Taxa a.a
	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total					
Debêntures 3ª Emissão - Bradesco	7	10.963	16.496	27.466		Sim	jun/18	Não há	112,00% do CDI
Banco Santander - CCB	346	(186)	91.343	91.503		Sim	jul/20	Não há	102,90% do CDI
Total por Dívida	353	10.777	107.839	118.969					

Instituição / linha credora	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pagto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
							2022	2023	2024	2025	Total
Debêntures 3ª Emissão – Bradesco	26/01/2021	Mensal	26/01/2021	26/06/2023	Mensal	SAC	10.990	5.506	-	-	16.496
Banco Santander - CCB	02/01/2021	Mensal	02/07/2023	01/07/2025	Mensal	SAC	(190)	22.774	45.814	22.945	91.343
Total por Dívida							10.800	28.280	45.814	22.945	107.839

As cláusulas restritivas das debêntures simples da ETEP estão relacionadas ao limite da dívida líquida, que em 31 de dezembro de 2021, atualizado pelo IGPM, era de R\$ 279.282 para a 3ª e 4ª emissão de debentures e para a Cédula de Crédito Bancário – CCB.

A Administração da ETEP mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2021, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7.2 Abertura dos Ativos Financeiros

Instituição / linha devedora	31/12/2021		31/12/2020	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	7.197	7.197	10.957	10.957
Caixa e Bancos	968	968	51	51
Aplicações Financeiras	6.229	6.229	10.906	10.906

7.3 Composição do Endividamento e Dívida Líquida

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal LP	Total 2021	Total 2020
(+) Dívida Bruta	1.990	10.752	146.889	159.631	118.969
Debêntures. Moeda Nacional	1.990	10.752	146.889	159.631	118.969
(-) Ativos Financeiros	-	(7.197)	-	(7.197)	(10.957)
Alta Liquidez	-	(7.197)	-	(7.197)	(10.957)
(+) Dívida Líquida	1.990	3.555	146.889	152.434	108.012

8. Provisões para Litígios

Perda provável:

Na controladora e no consolidado, o montante de R\$7 refere-se a uma causa trabalhista (R\$7 referente à uma causa trabalhista em 31 de dezembro de 2020).

Perda possível:

Com base no parecer dos advogados externos e internos, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a ETEP não possuía demandas judiciais com probabilidade de perda classificada como "possível".

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Patrimônio Líquido

9.1. Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2021 é de R\$127.262 (R\$127.262 em 31 de dezembro de 2020), representado por 27.000.000 ações ordinárias e por 18.000.010 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2021 e 2020, sem valor nominal.

	Quantidade de ações			
	Integralizadas		% do capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Alupar Investimento S.A.	13.505.150	9.001.851	50,02%	50,02%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	13.494.850	8.998.159	49,98%	49,98%
	27.000.000	18.000.010	100,00%	100,00%

9.2. Reservas de lucros

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva legal	25.452	25.452
Reserva especial para incentivos fiscais	15.450	7.485
Reserva de retenção de lucros	44.513	46.813
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	29.701	42.811
	115.116	122.561

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social, o qual já foi atingido. O saldo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$25.452.

Reserva de incentivo fiscal: Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei e contabilizado no resultado do exercício, sendo posteriormente transferido para reserva de lucro de incentivo fiscal e pode ser utilizado somente para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$15.450 (R\$7.485 em 31 de dezembro de 2020).

Reserva de retenção de lucros: Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e disponibilidade de caixa da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$44.513 (R\$46.813 em 31 de dezembro de 2020).

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Receita Operacional Bruta e Líquida

<u>Receita Líquida</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	69.762	56.991
(-) Parcela Variável	(8.510)	-
Programa de Integração Social - PIS	(401)	(389)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.853)	(2.275)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(566)	(527)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.593)	(1.482)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(245)	(228)
Total	<u>56.594</u>	<u>52.090</u>

10.1. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução homologatória nº 2.895, de 13 de julho de 2021, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2021, cujo impacto tarifário para o ciclo 2021~2022 referente aos contratos reajustados pelo IGP-M foi de 37,04%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2020 (com data-base em 2019) e a próxima será em 1 de julho de 2024.

11. Pessoal e Administradores

<u>Pessoal e Administradores</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoal		
Remuneração	1.266	1.240
Encargos	445	432
Previdência privada	22	48
Assistência médica	133	158
Despesas rescisórias	92	21
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	257	319
Outros	163	106
Administradores	669	611
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	482	418
Benefícios dos administradores	187	193
Total	<u>3.047</u>	<u>2.935</u>

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	40.572	44.127
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	13.794	15.003
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência Patrimonial	(3.180)	(2.972)
Incentivos fiscais	(7.965)	(7.486)
Despesas e Provisões Indedutíveis	(142)	(550)
Amortização e Depreciação	1.426	1.423
Receitas Regulatórias	447	(563)
Materiais	(21)	(31)
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	(350)	(350)
Lei Rouanet/ Esporte/ FIA	(50)	(315)
Outros	-	68
Imposto de renda e contribuição social no resultado	3.959	4.227
Taxa efetiva	9,76%	9,58%

13. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

14. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.197	-	7.197	10.957	-	10.957
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	4.526	-	4.526	4.338	-	4.338
Serviços em Curso	962	-	962	1.873	-	1.873
Ativo Contratual da Concessão	-	51.656	51.656	-	47.214	47.214
Tributos Compensáveis	73	-	73	71	-	71
Outros Ativos Circulantes	3.281	-	3.281	1.299	-	1.299
Ativo Não Circulante						
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	1.130	-	1.130	991	-	991
Depósitos Judiciais e Cauções	39	-	39	39	-	39
Ativo contratual da concessão	-	335.631	335.631	-	304.561	304.561
Outros Ativos Não Circulantes	1.282	-	1.282	1.282	-	1.282
Participações Societárias Permanentes (*)	61.702	63.524	125.226	67.315	50.879	118.194
Imobilizado	84.149	(61.694)	22.455	88.261	(70.588)	17.673
Intangível	306	(295)	11	332	(322)	10
Total do Ativo	164.647	388.822	553.469	176.758	331.744	508.502

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo Circulante						
Fornecedores	789	-	789	886	-	886
Empréstimos, Debêntures e Arrendamento Mercantil	12.743	3.986	16.729	11.130	2.926	14.056
Obrigações Sociais e Trabalhistas	573	-	573	560	-	560
Tributos	4.126	-	4.126	3.958	-	3.958
Dividendos Declarados	6.799	-	6.799	14.270	-	14.270
Encargos Setoriais	3.017	-	3.017	3.763	-	3.763
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	3.984	3.984	-	3.140	3.140
Provisão de Parcela Variável	8.256	(8.256)	-	-	-	-
Outros Passivos Circulantes	207	3	210	4.110	-	4.110
Passivo Não Circulante						
Empréstimos, Debêntures e Arrendamento Mercantil	146.889	20.667	167.556	107.839	16.187	124.026
Provisão para Litígios (*)	7	-	7	7	-	7
Tributos Diferidos	826	84.156	84.982	824	68.826	69.650
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	22.319	22.319	-	20.253	20.253
Total do Passivo	184.232	126.859	311.091	147.347	111.332	258.679
Patrimônio Líquido						
Capital Social	127.262	-	127.262	127.262	-	127.262
Reservas de Lucros	85.415	-	85.415	79.750	-	79.750
(Prejuízos) Acumulados	(261.963)	261.963	-	(220.412)	220.412	-
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	29.701	-	29.701	42.811	-	42.811
Total do Patrimônio Líquido	(19.585)	261.963	242.378	29.411	220.412	249.823
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	164.647	388.822	553.469	176.758	331.744	508.502

(*) As nomenclaturas destas contas estão sendo apresentados em conformidade ao MCSE e correspondem, nas demonstrações contábeis societárias, às seguintes contas: Investimento de curto prazo, Investimentos, Dividendos a pagar e Provisão para contingências, respectivamente.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	69.762	(69.762)	-	56.991	(56.991)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	15.174	15.174	-	12.412	12.412
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	98.354	98.354	-	95.813	95.813
(-) Parcela Variável	(8.510)	-	(8.510)	-	-	-
Tributos						
PIS-PASEP	(401)	(285)	(686)	(389)	(333)	(722)
COFINS	(1.853)	(1.313)	(3.166)	(2.275)	(1.537)	(3.812)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(566)	-	(566)	(527)	-	(527)
Reserva Global de Reversão – RGR	(1.593)	(1.138)	(2.731)	(1.482)	(1.332)	(2.814)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(245)	(175)	(420)	(228)	(205)	(433)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	56.594	40.855	97.449	52.090	47.827	99.917
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	56.594	40.855	97.449	52.090	47.827	99.917
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(3.047)	-	(3.047)	(2.935)	-	(2.935)
Material	(90)	(60)	(150)	58	(91)	(33)
Serviços de Terceiros	(2.871)	-	(2.871)	(2.758)	-	(2.758)
Arrendamento e Aluguéis	(4.026)	3.756	(270)	(3.210)	1.396	(1.814)
Seguros	(12)	-	(12)	(11)	-	(11)
Doações, Contribuições e Subvenções	(61)	-	(61)	(315)	-	(315)
Tributos	(56)	-	(56)	41	-	41
Depreciação e Amortização	(4.250)	2.112	(2.138)	(4.253)	4.187	(66)
Resultado da Atividade	42.181	46.663	88.844	38.707	53.319	92.026
Equivalência Patrimonial	9.353	12.644	21.997	8.740	4.670	13.410
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(11.269)	(9.277)	(20.546)	(3.762)	(3.266)	(7.028)
Receitas Financeiras	307	6.853	7.160	442	2.553	2.995
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	40.572	56.883	97.455	44.127	57.276	101.403
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(3.959)	(15.332)	(19.291)	(4.227)	(21.257)	(25.484)
Resultado Líquido do Exercício	36.613	41.551	78.164	39.900	36.019	75.919

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

14.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

14.1.1. Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Contas a receber de clientes", passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

14.1.2. Ativo contratual da concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto de 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGPM.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

14.1.3. Ativo contratual da concessão

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura, operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas à correção monetária pela variação do IGP-M e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

14.1.4. Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14.1.5. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Até que seja feita uma análise pelo órgão regulador, e posteriormente a sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos não serão refletidas para fins regulatórios.

14.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	242.378	249.823
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(374.723)	(314.129)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	2.301	1.498
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	110.459	92.219
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>(19.585)</u>	<u>29.411</u>

14.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	78.164	75.919
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(50.158)	(53.332)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	(6.725)	(3.944)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	15.332	21.257
Lucro líquido regulatório	<u>36.613</u>	<u>39.900</u>